

Modernização agroindustrial e políticas de estado: Entre Rios (Guarapuava/PR) como reflexo das transformações no campo brasileiro (1950-1980)

Agro-industrial modernization and state policies: Entre Rios (Guarapuava/PR) as a reflection of transformations in the brazilian countryside (1950-1980)

Lucas Martins*

Palavras-chave:
Modernização agrícola
Agroindústria
Guarapuava

Resumo: Este artigo analisa o processo de agroindustrialização em Guarapuava-PR, com foco na modernização agrícola iniciada na década de 1950. O objetivo é discutir como a convergência entre cenários macroeconômicos e a realidade local promoveu a substituição da agricultura tradicional por modelos integrados à indústria. Examina-se o papel do Estado e de empresas privadas na consolidação de narrativas que associam tecnologia ao progresso, legitimando as elites agrárias. A análise destaca o papel de instituições de fomento agrícola e do sistema cooperativista regional e o uso de meios de comunicação na construção de uma identidade laboriosa. Depreende-se que o avanço tecnológico, embora tenha elevado os índices de produtividade, agravou as disparidades socioambientais ao excluir produtores tradicionais que não reuniam condições de se adaptar ao novo modelo agroindustrial.

Keywords:
Agricultural modernization
Agro-industry
Guarapuava

Abstract: This article analyzes the agro-industrialization process in Guarapuava-PR, focusing on the agricultural modernization initiated in the 1950s. The objective is to discuss how the convergence between macroeconomic scenarios and local reality promoted the replacement of traditional agriculture by industry-integrated models. It examines the role of the State and private companies in the consolidation of narratives that associate technology with progress, thereby legitimizing agrarian elites. The analysis highlights the role of agricultural development institutions and the regional cooperative system, as well as the use of communication media in the construction of an industrious identity. It is inferred that technological advancement, although increasing productivity rates, aggravated socio-environmental disparities by excluding traditional producers who were unable to adapt to the new agro-industrial model.

Recebido em 14 de janeiro de 2026. Aprovado em 21 de maio de 2026.

Introdução

A espécie humana é muito recente e não nasceu agricultor ou criador de seu próprio alimento, se fez assim após centenas de milhões de anos de evolução biológica, técnica e cultural. Foi apenas no neolítico que começamos a cultivar as plantas e criar animais que nós mesmos domesticamos, introduzimos e multiplicamos, em todos os tipos de ambiente, transformando os

ecossistemas naturais originais em ecossistemas cultivados, artificializados e explorados.

A agricultura humana conquistou o mundo, tornou-se o principal fator de transformação da esfera e das próprias sociedades, os ganhos de produção e de produtividade, respectivamente, condicionaram o aumento do número de homens e o desenvolvimento de categorias sociais (Mazoyer e Roudart, 2010. p. 58). Buscamos neste artigo justamente analisar categorias sociais, criadas a partir

* Mestre em História e Doutorando em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Bolsista CAPES. E-mail: lucasmartins2629@gmail.com.

da construção e legitimação de discursos e narrativas que associam a temporalidade para balizar indivíduos entre produtores e não produtores, modernizados e atrasados.

Como base abordaremos relatos e projetos de modernização sobre parte da região central paranaense, pertencente à Fronteira Sul brasileira, no recorte geográfico do município de Guarapuava, a partir da década de 1950. Guarapuava está localizada na região sul do Brasil, centro-sul do estado do Paraná, no terceiro planalto, chamado de Planalto de Guarapuava. Atualmente, o município possui uma vasta extensão territorial de aproximadamente 3.168 km², consolidando-se o maior do estado em área. Administrativamente, sua estrutura organiza-se em cinco distritos: a Sede, Entre Rios, Guará, Palmeirinha e Guairacá. No contexto deste estudo, ganha especial relevância o distrito de Entre Rios, que se tornou o epicentro do modelo agroindustrial cooperativista e da reconfiguração produtiva da região na segunda metade do século XX.

Pretendemos analisar a conjuntura agrícola do Paraná pós 1950, associando a dominação do espaço às consequências sociais e ambientais destas ações, enfatizando o ambiente e as mutações deste a discursos legitimadores de ações que visam promover processos de modernização na agricultura. O recorte temporal desta pesquisa justifica-se pois é a partir de meados da década de 1950 que ocorrem os primeiros indícios de uma tentativa de modernização agrícola na região de Guarapuava, com a fixação de 500 famílias imigrantes, provenientes da bacia do Danúbio, os Suábios do Danúbio. Daremos ênfase a este grupo e às suas trajetórias de ocupação no decorrer do texto (Frotscher; Stein; Olinto, 2014; Stein, 2008, 2023; Stein; Olinto, 2020; Traiano, 2023).

A definição do que seria o processo de modernização da agricultura é por si só uma seara bastante complexa e sem uma clareza total. Alguns autores, como Claiton Marcio da Silva (2013, 2018) apresentam esse conceito sendo utilizado antes mesmo de meados do século XX em diferentes funções, contudo é a partir do fim da Segunda Guerra Mundial que o paradigma da modernização tomou o lugar do que outrora seriam as missões civilizadoras como uma ideologia de domínio Ocidental sobre as demais regiões. Neste trabalho

utilizamos o conceito de modernização da agricultura, compreendendo-o como um processo de substituição da agricultura praticada de forma quase artesanal sem o intuito da lucratividade, para uma agricultura com atividades integradas à indústria que via de regra, tendem a ser excludentes.

A historiografia relativa a etapas de modernização agrícola e modos de produção agricultáveis é vasta, possuindo obras em diversas localidades e com especificidades inúmeras, na análise que se apresentará buscamos refletir além da ação agrícola, apresentando a discursividade e como parte constituinte de formas de estratificação social no meio rural, além da significação de espaços e poderes.

Nesta pesquisa a partir do recorte geográfico de Guarapuava, poderemos vislumbrar reflexos da conjuntura nacional de modernizações agrícolas, que buscando seguir o compasso internacional de padrões produtivos tido como elevados e fruto da crescente industrialização pós-Segunda Guerra Mundial, mostram-se pauta frequente, instaurando mudanças significativas visando a integração do produtor à agroindústria crescente.

A urbanização brasileira, longe de ser um fenômeno espontâneo, foi profundamente impulsionada pelas transformações no meio rural. A modernização agrícola, iniciada na década de 1950, promoveu o deslocamento forçado da população para os centros urbanos, criando o contingente assalariado necessário ao desenvolvimento industrial. A busca por baixos preços nos produtos agrícolas servia, portanto, para viabilizar o consumo de manufaturados por essa massa urbana crescente. Conforme aponta Teixeira (2005), a hiperprodução da década de 1970 é o ápice desse processo, marcando o momento em que o país deixa de ser predominantemente agrário para se tornar urbano.

É importante notar que a marginalização social em Guarapuava não é um subproduto exclusivo da modernização agroindustrial da década de 1970. Como demonstra Pontarolo (2019), as raízes da exclusão remontam ao século XIX, quando a estrutura do latifúndio e a aplicação da Lei de Terras de 1850 já segregavam os “povoadores pobres” em áreas limitadas enquanto as elites consolidaram o poder sobre as terras de sesmaria. Desse modo, a aceleração do processo produtivo

através da modernização agrícola, não é a regra da exclusão socioambiental nem um fenômeno isolado, mas reflexo de uma convergência de fatores interligados a muito na dinâmica fundiária brasileira. Além disso, como demonstra Boschiero (2014), a própria consolidação da imigração em Entre Rios resultou em dinâmicas de segregação espacial e cultural, onde o sucesso do cooperativismo frequentemente se distanciou das lógicas de vida da população do entorno.

Para compreender o alcance desse discurso, é imperativo situar o processo de modernização agrícola no Paraná em sua dimensão estrutural. Como demonstram Marcio Both da Silva, Cintia Wolfart e Marcos Ribeiro, a modernização, especialmente durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), não se resumiu à adoção de inovações técnicas, mas configurou-se como um projeto de Estado pautado em alianças estratégicas, crédito subsidiado e na inserção competitiva no mercado externo. Em consonância com a análise de Vanessa Fleischfresser, a implementação desses pacotes tecnológicos (a chamada Revolução Verde) foi um mecanismo seletivo, desenhado para beneficiar médios e grandes produtores capitalizados, como os organizados em sistemas cooperativistas, consolidando a exclusão daqueles que não conseguiam se adequar às exigências do novo padrão agroindustrial.

A modernização da agricultura é apenas mais um ponto dentro de um amplo cenário de concentração de terras e recursos, contudo, esse ponto carece de historicização para que haja significância da posse da terra e dos meios no tempo presente. A crescente industrialização da agricultura, presente na cidade de Guarapuava, faz parte de uma conjuntura internacional que estimulou a exportação de *commodities* como soja, carne, algodão, café e milho, em todo território nacional. Consequentemente houve uma intensificação do emprego de alta tecnologia nas monoculturas exportadoras, o que prometia progresso, resultando numa renda que foi extraída do meio rural com altíssimo custo social e ambiental.

Enquanto a massa camponesa era empurrada para as periferias urbanas, uma elite agrária consolidava sua posição. Conforme analisam Mazoyer e Roudart (2010), nos países em

desenvolvimento, a maioria dos camponeses não encontrou formas de acesso à mecanização devido ao seu alto custo. Em contrapartida, em regiões da América Latina, grandes empresários agrícolas, que dispunham de vastas extensões de terra e mão de obra barata, aproveitaram-se da conjuntura econômica e dos créditos vantajosos para se equiparem tecnologicamente, especialmente nos anos 1970. Esse cenário global de concentração técnica e financeira encontra eco direto na realidade paranaense e guarapuava por consequência.

O recorte espacial desta pesquisa parte das condições que se apresentam nos campos de Guarapuava, estes territórios pouco acidentados e terras passíveis de correções químicas e mecanizáveis são de profundo interesse do Estado para projetar e arquitetar modernizações, visto ainda o clima temperado que se apresenta.

O solo dos campos foi considerado pouco favorável ao cultivo, ficando relegado durante décadas a pecuária extensiva e a uma agricultura de subsistência promovida pela população sertaneja e cabocla. Somente a partir do final da década de 1940 que se rompeu com a ideia de que os campos não seriam adequados à agricultura de grande porte e a partir daí novas perspectivas e culturas passaram a compor o cenário dessas localidades, nos períodos anteriores à agroindústria notam-se a presença de extensas fazendas pastoris e a baixa densidade populacional, que entretanto, passaram a ser substituídas pelos monocultivos de milho, soja e cevada, hoje predominantes nos campos (Silva; Brandt; Carvalho. 2015. P. 278).

Segundo Cinthian Aparecida Baia (2012), no Paraná, as áreas propícias à pecuária e desprovidas de vegetação arbórea foram historicamente denominadas “Campos”. A partir do século XVIII, essas regiões ganharam relevância estratégica diante do interesse da Coroa Portuguesa em expandir seus domínios territoriais em direção ao oeste. No entanto, o que antes era relegado apenas à pecuária extrativista e ao trabalho simples, sofreu uma profunda reconfiguração na virada para o século XX. Nesse período, surge uma nova forma de conceber e especialmente de explorar os Campos, estes deixam de ser vistos apenas como pastagens naturais para se tornarem alvos de um projeto de modernização e ocupação planejada.

Para introduzir-nos ao tema da modernização agrícola buscada nos campos de Guarapuava em nosso recorte temporal, precisamos definir o que seria a modernidade para os grupos que ansiavam vê-la nas lavouras. A primeira coisa que o conceito nos fornece é uma diferença histórica, entre algo novo e antigo. Esse conceito foi muito usado ainda no século XVIII pelo Iluminismo, que traçou uma linha histórica para a sociedade que iniciava-se no período do antigo, passava pelo medieval e adentrava o moderno, ou seja à época atual daquela sociedade (Almeida, 2022). Diante disso, tornou-se habitual condicionar a existência de uma sociedade moderna e, portanto, avançada, ao mundo ocidental e às transformações ocorridas no marco da modernidade a partir do século XVIII. Nesse sentido, é fundamental enfatizar a modernidade e as modernizações como ações em marcha rumo a uma ideia de progresso, embora tal conceito também precise ser problematizado em seu cerne.

Para Reinhart Koselleck (2020), um conceito social e político, como o “progresso”, possui natureza singular, ou seja, ele não está sujeito a mudanças estruturais, ainda que o conceito em si se apresente. Ele não possui vida para além da circunstância em que é criado e condicionado, ou seja, da temporalidade e da narrativa que lhe é atribuído. Desta forma, cada tradução e uso do termo para o seu próprio presente implica uma história dos conceitos. Isso gera uma série de problemas ao adaptarmos para a ótica contemporânea um conceito tão presente outrora, como o de modernização ou progresso, mote de uma parcela populacional específica, já que ele não se apresenta da mesma forma desde sua concepção no século XVIII.

Apresentar o conceito de modernização como um fenômeno homogêneo, vivenciado de forma idêntica por todos os agentes em um mesmo tempo e espaço, resultaria em uma análise reducionista e desconexa da realidade. A modernização não pode ser tratada como uma variável estática, ela é, antes de mais nada, um campo de disputas. Nesse sentido, sociedade e linguagem constituem, conforme propõe Koselleck (2006), condições meta-históricas essenciais: sem a interação entre a estrutura social e os conceitos que a nomeiam, nem a

experiência histórica (*Geschichte*), nem o seu registro historiográfico (*Historie*), seriam concebíveis.

Marcel Louis Mazoyer e Laurence Roudart (2010) destacam que nas regiões temperadas da Europa, após o desmatamento, toda uma série de sistemas pós-florestais sucederam-se e, de revolução agrícola em revolução agrícola, chegamos aos sistemas atuais. Portanto ao retomarmos nosso conceito central, ainda que em sua complexidade teórica, podemos observar que na Europa da virada do século XVIII ao XIX, suas características industriais e científicas que assistiram ao apogeu do industrialismo, da técnica e do cientificismo, ideologia que orientou diversas concepções de mundo, de forma natural ou forçada, e que constituem-se como apenas mais um ponto na longa trajetória da história agrícola.¹

Outro aspecto da modernidade é sua organização econômica em termos racionais, característica crucial de sua instituição mais conhecida, o capitalismo burguês, fortemente industrial. Este industrialismo é baseado na separação radical entre possuidores e despossuídos dos meios de produção, no que tange especificamente à modernização da agricultura esses processos significaram transformações nas formas de produção com a implementação de técnicas cientificamente estruturadas, com as mudanças ocorridas na estrutura populacional e fundiária, como iremos aprofundar no item a seguir.

Sob essa perspectiva, as intervenções no território de Guarapuava, que incluíam o desmatamento sistemático, a tecnificação da lida com o solo e a reestruturação da posse fundiária, devem ser compreendidas como manifestações concretas dessa racionalidade histórica. O que contemporaneamente pode ser interpretado como degradação ou exclusão era, naquela conjuntura específica, percebido como o rito de passagem necessário para a superação do atraso. Assim, o meio ambiente não era dotado de valor intrínseco, mas instrumentalizado como ferramenta e suporte físico para a materialização do progresso. Nessa lógica teleológica, a natureza e o espaço social preexistente foram convertidos em meios para um fim maior: a inserção definitiva da região nos padrões de produtividade e civilidade preconizados pela modernidade ocidental.

Entre o discurso e a técnica: a modernização agrícola e a construção da elite (1950-1990)

A modernização agrícola, está ligada à transformação da produção *in natura* em *commodities* de valor agregado, estando intimamente ligado aos mercados agrícolas internacionais e necessitando da agroindústria local para sua efetivação, desta forma modificando as culturas locais tradicionais. Esse processo demandou de incrementos tecnológicos objetivando o aumento da produção, isto por sua vez, vem alavancando cada vez mais empresas relacionadas aos setores agrícolas.

O paradigma da Revolução Verde² decorre dessa conjuntura, nas décadas de 1960 e 1970 diversas mudanças tecnológicas e organizacionais foram implementadas mediante o uso de fertilizantes, máquinas e implementos, técnicas foram paulatinamente sendo alteradas aos sabores do mercado. Desta forma a produção foi concentrada em poucas mãos produtoras de *commodities* de alto valor, especialmente para exportação e em grandes empresas produtoras de insumos agrícolas, fertilizantes, sementes geneticamente modificadas e máquinas. Se outrora a agricultura necessitava da constante anexação de solos virgens para crescer em sua produtividade pode-se nesse cenário constatar uma nova forma de dependência, a tecnológica, ligada aos insumos.

O processo de modernização agrícola em Guarapuava manifesta-se de forma concreta a partir da década de 1950, tendo como marco fundamental o estabelecimento dos colonos Suábios do Danúbio³ no distrito de Entre Rios. Esse período inaugura a inserção de sujeitos históricos construídos sob o estigma da modernidade, cujas práticas foram determinantes para a aceleração das transformações produtivas na região. Esse movimento de reestruturação do espaço e do trabalho, caracterizado pela reconfiguração do perfil socioprodutivo regional com a chegada de novos fluxos migratórios, consolidou-se nas décadas seguintes culminando em um modelo de sucesso agrícola amplamente institucionalizado e aclamado pelas autoridades locais nos anos 1980.

Importante fonte de análise para a constituição dessa elite agroindustrial no centro-sul

paranaense pode ser encontrada na obra Suábios no Paraná, de Albert Elfes (1971). Sua publicação se dá no início da propagação da ideia do Milagre Econômico Brasileiro, ou seja, nos anos dourados da economia nos governos militares e possibilita uma ampla compreensão do ideário nacional de modernidade adentrando nos interiores brasileiros e em especial sob a ótica do colonizador advindo em meados do século XX.

De acordo com Stein (2008), a obra de Albert Elfes foi fundamental para consolidar a imagem de Entre Rios como um modelo de desenvolvimento técnico e moral no Paraná. Engenheiro agrônomo formado em Bonn, na Alemanha, Elfes imigrou para o Brasil em 1950 e tornou-se uma figura de relevância no cenário agrário nacional. Em 1970, foi designado pelo INCRA (então INDA) para realizar estudos e levantamentos nos principais núcleos coloniais do estado. Foi nesse contexto, coincidindo com o vigésimo aniversário da colônia, que ele visitou Entre Rios e escreveu sua obra, "*Suábios no Paraná*", sendo oficialmente publicada em 1971.

A construção da identidade de sucesso da Colônia de Entre Rios deve muito à atuação de técnicos como Albert Elfes. Conforme analisa Stein (2023), Elfes, na qualidade de engenheiro agrônomo do INCRA, produziu em seu livro um relatório fundamental que hierarquizava os produtores da região. Ao enaltecer a vocação agrícola dos imigrantes europeus, o discurso de Elfes legitimava a política de modernização tecnológica do governo brasileiro, ao mesmo tempo que marginaliza as práticas agrícolas tradicionais vistas como arcaicas frente ao novo modelo de cooperativismo empresarial (muito presente nos núcleos de imigração europeia para o Paraná em especial ligados a grupos germânicos).

A discursividade do autor na obra procura demonstrar que as décadas de 1960 e 1970 foram fundamentais para o desenvolvimento econômico de Guarapuava, ou seja, momentos da implementação e substituição das culturas tradicionais locais por plantas industriais e uma agricultura exportadora especialmente devido aos investimentos destinados à colonização.

Durante a Ditadura militar o meio rural sofreu um acelerado processo de modernização técnica, intensos investimentos públicos e subsídios

para grandes empresas se instalem em extensas áreas, algo que permeia a realidade guarapuavana. Houve uma verdadeira união entre o capital e o latifúndio. O empresariado do meio rural via financiamento de bancos públicos e estímulo à industrialização da agricultura foi propagandeado como meio de superação do atraso e do subdesenvolvimento (Machado, 2017, p. 07).

Para Jank, Nassar e Tachinardi (2005, p.16), esse foi um período marcado predominantemente pelo crédito oficial farto e barato que atingiu um volume recorde de US\$ 20 bilhões por volta de 1978, segundo os autores, a produção e os investimentos cresceram, concomitantemente aos investimentos. Seria, portanto, na década de 1970 que há a ampliação do chamado modelo agroexportador brasileiro, na medida em que o país deixou de ser apenas um fornecedor de produtos tropicais (café, açúcar e cacau) e passou a exportar produtos que concorrem diretamente com a oferta dos países ricos, dentre eles a soja, a celulose e as carnes.

Nesse período, a produção agrícola esteve intimamente ligada à expansão das fronteiras (rumo ao cerrado) e às pesquisas desenvolvidas pelo Estado especialmente pela Embrapa. Embora tais iniciativas buscassem ampliar a produtividade, elas acabaram por consolidar um paralelo excludente, ao privilegiar apenas determinadas formas de agricultura como centros operacionais e selecionar apenas uma parcela dos agricultores como aptos a esse novo cenário produtivo. No caso de Guarapuava, vemos valorizado os cereais de inverno e verão, como cevada e soja, e o agricultor imigrante, visto como moderno e capaz.

A obra de Elfes (1971) reúne 27 discursos de autoridades, entre ministros, diretores de bancos e engenheiros agrônomos, que operam como arquitetos da modernização em Guarapuava. Estas falas não são meros registros protocolares, elas expõem ansiedades modernizantes e um regozijo fundamentado na constante reafirmação do sucesso da agricultura organizada.

Banco do Brasil S.A. Brasília (DF), 30 de setembro de 1971. Ilmo Sr. Mathias Leh MD. Presidente da Cooperativa Central Agrária Ltda. Colônia Vitória - Distrito de Entre-Rios - Guarapuava (PR). Ao ensejo das festividades comemorativas do

vigésimo aniversário da progressista Colônia de Entre-Rios, tenho a grata satisfação de associar-me às manifestações de regozijo, que recebem as suas autoridades, suas lideranças, empresários e o seu laborioso povo. Uma palavra especial quero dirigir aos bravos imigrantes suábios que, a despeito de todas as vicissitudes, deixaram o seu torrão natal trazendo consigo um passado de grandes realizações e sua experiência milenar para aqui iniciarem, com muito entusiasmo e trabalho fecundo, uma nova vida, dando um belo exemplo de amor à terra que escolheram para sua segunda pátria. Registro a minha admiração a esses infatigáveis batalhadores que, em tão poucos anos, mas com fibra inquebrantável e muita persistência, ombro a ombro com os demais patrícios, contribuíram decisivamente para projetar a fecunda região onde se instalaram.

O Banco do Brasil sente-se orgulhoso de estar presente em todos os núcleos pioneiros de colonização, para colaborar com os processos de desbravamento, integração e produção que se verifica no interior brasileiro, onde se introduzem novas e intensivas práticas agrícolas, métodos mais racionais de criação, que elevam os índices de rentabilidade regionais e nacionais, atendendo, com presteza, chamamento do Governo no sentido do aumento da produção agropecuária como base indispensável do desenvolvimento brasileiro. O sentimento de integração nacional que se verifica no Estado do Paraná, a consciência das suas potencialidades, a sede de trabalho e de progresso econômico e social, são hoje elementos positivas e constantes de todo o povo brasileiro e de todas as regiões do seu território continental, causando até mesmo admiração do mundo inteiro, que já reconhece no Brasil a confiança e a fé inabalável das grandes nações. atentiosamente

Walter Peracchi Barcellos.
Diretor. (Elfes, 1971, p. 16)

Um exemplo emblemático dessa narrativa encontra-se no discurso de Walter Peracchi Barcellos, acima exposto. O então diretor do Banco do Brasil, por ocasião do vigésimo aniversário da Colônia de Entre Rios em Guarapuava em 1971, dirigir-se ao "laborioso povo" suábio, Barcellos reforça o mito do imigrante como um "infatigável batalhador" que trouxe consigo uma "experiência milenar" para o desbravamento da região (Elfes, 1971, p. 16).

Mais do que um elogio à imigração, o discurso revela a função estratégica das instituições financeiras no período. O Banco do Brasil, apresenta-se como protagonista no processo de integração nacional, colaborando com a introdução de "novas e intensivas práticas agrícolas" e "métodos mais racionais" de produção (Elfes, 1971, p. 16). Essa retórica serve para legitimar o aumento da produção agropecuária como a "base indispensável do desenvolvimento brasileiro", alinhando o sucesso local de Guarapuava ao projeto de potência nacional que, segundo o autor, causava "admiração do mundo inteiro" (Elfes, 1971, p. 16).

Portanto, a escolha desses sujeitos aptos a falar sobre o progresso evidencia uma construção discursiva, onde o Estado e o capital privado caminham "ombro a ombro" na consolidação de um modelo produtivo que exclui quem não se enquadra nessa racionalidade técnica. A mensagem reflete o posicionamento do sucesso alcançado e ao mesmo tempo demonstra a imbricada relação das agências de fomento estatal e parcerias creditícias empregadas e dispostas aos sujeitos voltados à essa agricultura mais racional.

Essa estrutura de privilégios evidencia que o acesso às linhas de crédito do Banco do Brasil não era uma prerrogativa universal, mas um mecanismo seletivo destinado a um grupo específico de produtores, tidos como racionais e modernos, e alinhados às expectativas do mercado. A congratulação pública emitida pelo diretor da entidade reforça que o reconhecimento institucional estava condicionado ao alinhamento com o modelo de modernização pretendido.

Esta articulação entre o suporte financeiro e a validação institucional revela que a modernização não se processou apenas por meio de máquinas e capital, mas, fundamentalmente, pela via do discurso.

Sob a ótica da linguagem, observa-se um exercício auto reflexivo de poder: as dominações ocorrem no cotidiano das práticas institucionais e são legitimadas por uma retórica que repete, exaustivamente, os ideais de sucesso e de um trabalho agrícola essencialmente moderno.

É no dia a dia das agências de fomento e nos relatórios técnicos que o controle da linguagem torna duradouro o alcance desse modelo.

Compreende-se aqui a língua como um fato que significa o social e o material, vinculando a exterioridade à ideologia e à temporalidade específica do milagre econômico (Orlandi, 2003). Assim, o discurso do progresso deixa de ser apenas um relato para tornar-se o mecanismo que molda o que é considerado real e legítimo no campo.

Ao efetivar uma discursividade como a acima transcrita poderíamos conjecturar que há a intenção de provocar determinadas ações correspondentes ou orientar posturas e modos de conduta através de signos ou símbolos, causando portanto processos de efetivação do discurso na ação.

Sobre a figura que promove esta fala, Elfes (1971), apenas reproduz seu escrito na décima sexta página de discursos e parabenizações de seu livro, sem detalhar sobre os autores das referidas felicitações.

Ao voltarmos nosso olhar, ainda que brevemente para Walter Peracchi Barcellos, podemos analisar sua trajetória, buscando com isso demonstrar quem são os detentores de poder, seja ele econômico ou discursivo.

Este personagem fora um carreirista na Brigada Militar do Rio Grande do Sul, chegando ao comando geral desta em 1948. Deputado estadual pelo Partido Social Democrático em 1950 e 1954. Em 1958 concorreu ao governo do Rio Grande do Sul, pela UDN, sendo derrotado pelo candidato do PTB, Leonel Brizola. Elegeu-se deputado federal em 1962, já em 1964 participou das articulações entre militares e os setores conservadores brasileiros que culminaram no golpe de 31 de março.

Durante a ditadura militar, foi ministro do Trabalho e Previdência Social no governo Castelo Branco e governador do Rio Grande do Sul, depois da cassação de Ildo Meneghetti. Seu mandato durou de 12 de setembro de 1966 até 15 de março de 1971, sendo depois disso diretor do Banco do Brasil para a região sul do Brasil, data do discurso proferido acima.

Desta forma, é possível verificar com o apoio de nossas fontes, a partir da presença desta e outras figuras no cenário agrícola e industrial local, que ao entorno dos governos militares e seus aliados econômicos há um entrelaçamento forte, entre o privado/público, agricultura/indústria e em especial as instituições de fomento, visando à expansão dos

recursos creditícios e conseqüentemente das previsões lucrativas.

Podemos verificar desta forma como as narrativas criam-se sobre um passado de grandes realizações e uma experiência milenar, alicerçada naquela temporalidade pelo Estado e seus órgãos como o Banco do Brasil que “sente-se orgulhoso de estar presente em todos os núcleos pioneiros de colonização, para colaborar com os processos de desbravamento”, deixa-se claro, quem são os sujeitos escolhidos como desbravadores e pioneiros, relegando aos outros, que não participam dessa seara o esquecimento, não apenas discursivo, mas também das políticas públicas rurais, neste contexto é amplamente verificável que as novas e intensivas práticas agrícolas e os métodos mais racionais, são o objetivo e se amparam no que for necessário para alcançar as altas cifras.

Notamos nesse período a expansão máxima do crédito agrícola, algo que coaduna com o discurso, com o projeto colonizador iniciado em 1950 e com os governos militares iniciados em 1964. Na década de 1970, o volume de crédito agrícola quadruplicou e teve em 1979 seu melhor ano. A abundância do crédito governamental ao produtor financiou a modernização de equipamentos e insumos na agricultura. Nos anos 1970 estabeleceu-se no Brasil um complexo industrial que forneceu máquinas, implementos, fertilizantes e pesticidas, além disso, a demanda gerada pela modernização agrícola foi um fator importante para o desenvolvimento industrial rápido desse período. Entre 1960 e 1980, a área cultivada quase dobrou, passando de 25 milhões para 47 milhões de hectares, um aumento que foi acompanhado pela mecanização crescente. Nesse mesmo período, o número de hectares por trator diminuiu de 410 para apenas 99. O consumo médio de fertilizante por hectare subiu de 8,3 kg, em 1964, para 27,8 kg, em 1970, e 88 kg, 1980 (Klein; Luna, 2020, p. 57). Este aporte tecnológico e financeiro não representou apenas um ganho produtivo, mas serviu como o mecanismo divisor que reconfigurou o topo da pirâmide social no campo.

Diante dos dados apresentados e em consonância com Ramos (2016), nota-se que o processo modernizador iniciado em 1951 promoveu uma substituição estratégica das elites em

Guarapuava. A antiga oligarquia pastoril perdeu hegemonia para grupos de imigrantes que conseguiram se integrar a essa nova lógica de capital. No entanto, o sucesso atrelado a essa nova burguesia agroindustrial mascarou profundas contradições: estima-se que em torno da metade desses imigrantes não obteve êxito, abandonando a colônia entre os anos 1950 e 1960, especialmente por dificuldades de adaptação e por terem sido alocados em terrenos menos férteis. Apesar de seus reveses e da lógica seletiva em que estava inserida, é inegável que o agronegócio resultante dessa reestruturação se estabeleceu como o pilar fundamental para a lucratividade e o dinamismo econômico do município.

A obra de Albert Elfes, buscou referendar o êxito do projeto, contudo, a consolidação desse modelo demandou pesados investimentos estatais e estrangeiros. A colonização foi financiada, via Banco do Brasil, com “fundos oriundos de ágios sobre importações especiais da Suíça”, além de incentivos diretos do governo federal na era Vargas e do governo estadual. A partir da década de 1960, a reestruturação e o salto de crescimento da Cooperativa Agrária foram capitaneados por Mathias Leh, que presidiu a entidade por 28 anos e utilizou notável habilidade política para angariar apoio constante da Alemanha, Áustria e Suíça, consolidando a infraestrutura da comunidade.

Apesar do inegável sucesso institucional, a narrativa hegemônica obscurece o fato de que a prosperidade não foi homogênea entre os imigrantes. A divisão inicial das terras ocorreu de forma desigual, soma-se a isso as dificuldades de adaptação, o endividamento e os conflitos internos levaram a uma grave crise em 1965. Estima-se que, entre a década de 1950 e o ano de 1971, cerca de 1.776 colonos, o que representava aproximadamente metade do contingente original, abandonaram Entre Rios, buscando recomeços na capital paranaense, em São Paulo, ou mesmo retornando à Europa.

Ainda com reveses e contradições é necessário destacar que, diferente dos grupos que os antecederam no domínio da terra, esses novos agentes foram beneficiados por incentivos fiscais e amparados por uma discursividade de laboriosidade voltada à produtividade. Ainda que em um primeiro momento muitas desistências da empreitada tenham

ocorrido, tais agentes possuíam, de fato, os meios e o suporte que faltavam aos ocupantes tradicionais, evidenciando que a mudança técnica foi indissociável de uma reestruturação social. Nesse sentido, a consolidação de Entre Rios exemplifica a tese de Walter Benjamin (1994, p. 122), ao afirmar que “sabemos que as relações sociais são condicionadas pelas relações de produção”, visto que a nova estrutura produtiva agroindustrial ditou, em última instância, quem teria direito de permanência e sucesso no território.

Entre o local e o nacional: agentes políticos, instituições de crédito e a lavoura financiada

Compreendemos que a comunidade da experiência é fundada na dimensão prática da narrativa, especialmente daquela capaz de perpetuar-se por mais tempo e mais longe. Aquele que conta ou transmite um saber e/ou um valor, detém e muitas vezes forma uma moral através de sua própria narrativa ou de uma advertência.

Poderíamos neste subitem conjecturar inúmeros fatores que modificam a dimensão agricultável de uma determinada proporção territorial, como por exemplo a geografia do espaço, suas relações com as saídas internacionais do país, sua economia básica enfim, toda uma rede de possibilidades que interferem na produtividade ou não de um local. Contudo, daremos enfoque às dimensões a) políticas, b) sociais, c) de interesses das elites locais e nacionais.

A estes agentes, que denominamos aqui como elites agrárias, compreendemos que sempre tiveram grande peso político no contexto nacional brasileiro, dado a importância econômica da agricultura e dos setores produtivos a ela relacionados, estes tiveram importante espaço em toda a constituição do que hoje compreendemos como o agronegócio e suas mais variadas frentes de atuação como, pesquisa, implementos e comércio internacional e obtiveram de uma forma ou de outra o beneficiamento político, através de projetos de lei, palcos políticos e destinação de recursos e tecnologia.

De acordo com Celso Donizete Locatel (2016), as raízes da formação socioterritorial

brasileira estão assentadas em bases agrárias, conferindo à agricultura um papel fundamental tanto na economia quanto na manutenção do poder político. Essa trajetória histórica reflete-se na política contemporânea que, embora sob novas roupagens, mantém o setor agropecuário como um dos pilares da representatividade no Legislativo Nacional, consolidando grupos de interesse que asseguram a continuidade da influência agrária nas decisões do Estado.

Locatel (2016) ressalta ainda que, o sistema de representação desses interesses transcende o sufrágio, valendo-se de diversos dispositivos de articulação política. Dessa forma, essa elite agrária exerce uma hegemonia que, por meio de uma sofisticada construção discursiva, integra outras esferas sociais. Esse processo gera uma percepção de participação democrática que, por vezes, pode obscurecer a centralidade do poder econômico e político desses grupos na estrutura decisória, fazendo com que o projeto de um setor seja visto como um projeto de toda a sociedade.

A utilização dos meios de comunicação constitui dessa forma, uma estratégia central de persuasão, capaz de integrar diferentes camadas sociais a uma identidade compartilhada com as elites. No contexto da modernização agrícola em Guarapuava, a partir de 1950, o jornal destaca-se como o cenário dessa construção, especial destaque dá-se ao Jornal de Entre Rios.



Figura 1 - Jornal de Entre Rios
Acervo: Museu Histórico de Entre Rios.

Para a análise deste periódico, é imperativo observar as diretrizes de De Luca (2008), inquirindo sobre suas condições de produção, tiragem, difusão e as relações mantidas com instituições políticas e econômicas. O jornal em questão constitui o órgão de comunicação institucional da Cooperativa Agrária e teve seu marco inicial com a circulação de uma edição-teste (número zero) em dezembro de 1986, consolidando sua periodicidade mensal a partir de 1987. Destinado ao público de Entre Rios e Guarapuava, o periódico apresenta uma proposta bilíngue, redigida em português e alemão, atendendo à trajetória linguística e cultural dos imigrantes Suábios do Danúbio.

Conforme demonstram Stein e Olinto (2020), o *Jornal de Entre Rios* operava como um suporte de historicidade bilíngue, este visava não apenas informar, mas moldar a identidade suábica no Brasil. A análise do periódico revela uma clara aceleração do tempo, onde as memórias do trauma da Segunda Guerra e os desafios da colonização inicial são ressignificados como etapas superadas em direção a um presente de hegemonia agroindustrial, validando o discurso do progresso técnico a duras penas e com esforço hercúleo.

A relevância política do modelo de Entre Rios é evidenciada pela visita de comitivas oficiais, como a ocorrida em abril de 1987, e apresentada na capa do periódico acima, que contou com a presença de “seis deputados federais, todos integrantes da Comissão de Agricultura da Câmara. Acompanhados pelo prefeito Nivaldo Krüger e por lideranças locais, os parlamentares cumpriram um roteiro que incluía os pilares da modernização regional: o “plantio direto de soja” e a “Agromalte”. Mesmo com as limitações climáticas do dia, o discurso do deputado Jorge Vianna, então presidente da Comissão, foi marcado por elogios à organização do distrito” (*JORNAL ENTRE RIOS*, 1987, p. 01). Tais registros jornalísticos reforçam como a estrutura cooperativista era utilizada como vitrine tecnológica para o poder legislativo federal.

A posição do texto, estrategicamente alocado logo após a manchete, confere à visita dessas autoridades um destaque considerável, sugerindo que o evento no rincão moderno do centro-sul paranaense foi projetado para gozar de máxima visibilidade e pompa. Poderíamos conjecturar que há

desta feita a defesa de um posicionamento político e, atrelado a isto, o de um poder econômico. Desde seu posicionamento esquemático na primeira página do jornal, passando pela fotografia, há um certo condicionamento em relação ao que quer comunicar para os leitores deste periódico.

A notícia detalha a visita de uma comitiva de seis deputados federais, integrantes da Comissão de Agricultura da Câmara e membros da Assembleia Nacional Constituinte, entre eles Jorge Vianna (PMDB-BA), Inocêncio Oliveira (PFL-PE) e Roberto Balestra (PMDB-GO). O grupo foi acompanhado pelo então prefeito Nivaldo Krüger e por uma comitiva descrita genericamente como composta por “líderes guarapuavanos”.

A ausência de especificação sobre essas lideranças sugere uma homogeneização do termo, que parece circunscrever o conceito de “líder” aos agentes vinculados ao desenvolvimento agroindustrial. Ao omitir outras possíveis vozes do cenário local como representantes de comunidades tradicionais (como indígenas, caboclos e quilombolas⁴ ou grupos voltados à preservação ambiental), o texto opera um recorte que prioriza a identidade produtiva da região. Essa convergência de interesses torna-se explícita no roteiro da visita, que priorizou o acompanhamento de safras de soja e as instalações da Agromalte, evidenciando o papel da Cooperativa Agrária como interlocutora central entre o poder público nacional e o projeto de modernização regional.

De acordo com Locatel (2016), o cronograma da modernização agrícola brasileira seguiu etapas distintas: a década de 1950 foi marcada pelas colônias dirigidas; os anos 1960 pelos experimentos técnicos e extração; e a década de 1970 pelo auge do intervencionismo estatal via “milagre econômico”. Já o período entre o final dos anos 1980 e o início dos 1990 é frequentemente caracterizado por uma transição no modelo de fomento.

Diferente do farto crédito subsidiado dos governos militares, a Nova República inaugurou uma fase de maior seletividade financeira. Não se tratou de um abandono do setor por parte do Estado, mas de uma reorientação estratégica: a escassez de recursos públicos foi mitigada por acordos com os principais *players* do agronegócio e pelo fortalecimento do sistema cooperativista

empresarial. Essa aproximação reafirma a histórica e indissociável conexão entre as elites rurais e o poder político brasileiro, garantindo que, mesmo em tempos de abertura democrática e ajustes econômicos, o setor agroindustrial permanecesse como prioridade na agenda de desenvolvimento nacional.

O processo de redemocratização e a Assembleia Constituinte de 1987-1988 refletiram as tensões do setor agrário, onde a bancada ruralista atuou de forma incisiva na defesa do monopólio da propriedade. Entre suas principais pautas, destacam-se a oposição ferrenha à desapropriação de terras improdutivas e a resistência à fixação de limites para a extensão das propriedades rurais (Locatel, 2016). Para os membros desse setor, qualquer tentativa de elevação da tributação territorial era classificada como um instrumento punitivo e arbitrário. É importante ressaltar, contudo, que essa bancada, tanto na Constituinte quanto em sua configuração atual, não se apresenta como um bloco uniforme, o que torna complexa a delimitação precisa do quadro de seus participantes.

Dentre os nomes que compõem essa trama de influências, destaca-se a figura de Jorge Vianna (1938-), personagem central na iconografia da fonte analisada. Médico e agricultor, Vianna possui uma trajetória marcada por uma presença longa e estratégica em comissões permanentes de Agricultura e Política Rural, tendo exercido cargos de vice-liderança e presidência entre 1979 e 1986. Sua atuação parlamentar exemplifica a complexidade ideológica da bancada ruralista, embora fosse simpatizante da União Democrática Ruralista (UDR), Vianna autodefinia-se como de “esquerda moderada” (Bruno, 2017), evidenciando como os rótulos políticos muitas vezes mascaravam o alinhamento em defesa dos interesses agrários.

Embora seus projetos de lei estivessem majoritariamente voltados à produção cacaueteira baiana, sua presença nas plantações de soja no interior do Paraná revela uma articulação que transcende fronteiras regionais.

A visita a Guarapuava sinaliza a busca por um modelo de eficiência produtiva que pudesse servir de lastro para as pautas defendidas no Congresso. Como observa Locatel (2016), as estratégias das oligarquias rurais foram eficazes em

manter privilégios mesmo diante das transições políticas nacionais. Essa manutenção de poder está intrinsecamente ligada às forças econômicas das grandes empresas que, ao financiarem campanhas eleitorais vultosas, garantem que os interesses do agronegócio permaneçam protegidos e as parcerias creditícias asseguradas. Embora a ditadura tenha se findado, as relações econômicas e as tragédias sociais por ela empreendidas seguiram ainda sob o mote de progresso e modernização na agricultura.

O setor agrícola tem uma considerável influência no papel de escolhas e decisões políticas nacionais, poderíamos conjecturar muito sobre a visita destes agentes, contudo, salta aos olhos que uma pequena colônia de imigrantes receba tal importância em um país tão grande quanto é o Brasil. A agroindústria, já consolidada em finais da década de 1980, recebe ainda mais atenção, mesmo que goze de incentivos diretos diminutos se comparados ao período 60-70, a roupagem do crédito rural se traveste sob as influências e jogo político.

A manutenção do desequilíbrio nas políticas estatais brasileiras, mesmo diante de rupturas institucionais como a promulgação de uma nova Constituição, só pode ser compreendida por meio de uma análise da estrutura de poder que sustenta o funcionamento do Estado. Não é por acaso que visitas a empresas privadas do setor agrícola e a articulação de grupos como a bancada ruralista se tornaram práticas correntes. Apesar de sua origem pluripartidária, esse grupo atua como um bloco de pressão coeso na formulação de políticas públicas, exercendo seu domínio não apenas sobre os recursos econômicos, mas também sobre dispositivos de comunicação estratégicos, como o jornal.

A redemocratização da sociedade brasileira e a modernização conservadora da agricultura contribuíram para uma transformação no sistema de representação de interesses dos grandes proprietários de terra e empresários rurais e agroindustriais no Brasil. Entre as mudanças mais significativas, destaca-se a organização de frentes parlamentares suprapartidárias voltadas prioritariamente para a defesa de interesses corporativos e para o fortalecimento político dos setores por elas representados. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), mais conhecida como bancada

ruralista, é exemplo claro da presença do patronato rural e agroindustrial nas instâncias do Estado (Bruno, 2017, p. 155).

Ainda de acordo com Regina Bruno (2017), a bancada ruralista é considerada por muitos a principal força política do Congresso Nacional e despontou na segunda metade dos anos 1980, como reação ao Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) da Nova República. Outro importante mote deste movimento político é sua atuação frente às ocupações de terra pelos trabalhadores sem-terra, que ganharam visibilidade na Constituinte de 1988.

As influências político agrícolas na conjuntura de 1988 dão-se portanto em um cenário de intenso debate e confrontos simbólicos (e práticos) entre diferentes grupos sociais. Ressaltamos, contudo, que é na possibilidade de amplificação de suas vozes e no domínio de capital e dos meios de comunicação que perduram as narrativas do grande empresário rural.

Através de visitas e diálogos com os detentores locais de poder, ocorrem processos de identificação coletiva e de criação de uma coesão política que agrega parlamentares que não são proprietários de terra nem ligados ao agro, agentes industriais e população, que se sentem identificados com a concepção de mundo da ideologia e do pensamento ruralista (Bruno, 2017).

Ainda que priorizando os interesses corporativos, os parlamentares da bancada ruralista em suas frentes parlamentares suprapartidárias e partidos políticos distintos tiveram suas disputas de poder e divergências. Entretanto, como comungam interesses semelhantes, procuram fortalecer uns aos outros, e coadunados ao setor agroindustrial ocorrem importantes alterações junto ao processo de redemocratização.

Uma das estratégias centrais desse modelo é a consolidação de entidades e bancadas parlamentares que atuam ativamente na gestão do crédito rural, muitas vezes ignorando as dinâmicas regionais e suas especificidades. Essa “lavoura financiada”, cujas raízes remontam ao período da ditadura militar, assume uma nova roupagem no processo democrático, amparada por uma intensa carga propagandística.

Outro exemplo desse fenômeno também foi registrado pelo Jornal Entre Rios (1987), ao

destacar, com tom de prestígio, que gigantes do setor químico como “BASF e Bayer vieram aqui”.

A visita de comitivas compostas por “diretores e engenheiros agrônomos” dessas empresas não era apenas um gesto de cortesia, mas uma reafirmação de parcerias comerciais estratégicas. Ao pontuar que a Cooperativa Agrária figurava como “um dos maiores clientes de ambas as empresas”, o periódico evidencia a dependência técnica e financeira que sustenta a produtividade local. Essas visitas técnicas, longe de serem neutras, funcionam como dispositivos de validação de um pacote tecnológico que integra o capital transnacional ao cotidiano produtivo de Guarapuava.

Em suma, as duas visitas convergem para um mesmo ponto: da política nacional ao empresariado internacional há amplo domínio do agronegócio. Esse domínio é estratégico e utiliza o narrativo de modo a retroalimentar-se. A construção da imagem do agro, pretendida pelas elites rurais locais, busca ampliar indefinidamente o escopo do que seria a agricultura, especialmente aqueles que postulam-se enquanto modernos, estes pois, seriam aqueles que consigo trazem o futuro e o progresso tão almejados.

Portanto, podemos inquirir que estas corporações atuantes no território nacional, vem gozando de parcerias e de lucratividades, atrelando-se a proprietários individuais e ao estado nacional na forma de facilitar suas atuações, gerando conglomerados industriais extremamente fortes, o que acarreta em uma concentração de renda e recursos, alteração das dinâmicas socioambientais e a mutilação de forma de vida e agriculturas tradicionais.

Como salienta Bruno (2017), o termo “questão agrária” apresenta marcas políticas e ideológicas profundas. Isso dificulta pensarmos o conceito como categoria histórica, objeto de várias significações. A análise torna-se ainda mais complexa porque, atualmente, o centro das tensões e das conflitualidades passa pela questão da apropriação privada da terra e do direito ao território que se liga, no Brasil, intimamente a uma burguesia rural.

Há no processo de modernização nos campos guarapuavanos e brasileiros, uma indissociável ligação entre a ideia do que seria o moderno: a agroindústria, o agroquímico e a política ruralista.

Relegando a um segundo plano discussões sobre preservação ambiental, matas e espécies nativas. Entre as agriculturas mais prejudicadas estão as menos produtivas que são inevitavelmente marginalizadas, não gozando de incentivos fiscais quando estes eram difundidos e conseqüentemente mergulhando na crise, sendo eliminadas pela concorrência das agriculturas mais poderosas.

A mudança nos modelos de desenvolvimento, e portanto das relações entre trabalho e natureza, estão intrinsecamente atreladas a mudança de paradigma da sociedade, bem como com a relação entre a manutenção dos padrões de consumo e construção das narrativas sobre riqueza e tecnologia que são, por sua vez, constituídas pelo mercado e pelos detentores de poder em uma determinada sociedade, em nosso caso de análise, uma sociedade agroindustrial.

Relacionar o tempo a este processo é de vital necessidade. Com a busca por uma tecnologização dos campos promove-se um desigual acesso, e uma relação temporal distinta, que liga-se a discursos e narrativas das elites. Aqueles que por ventura encontram-se agraciados com os sabores do capital e dos conseqüentes benefícios que este promove, de maneira consciente ou inconsciente, criam narrativas para legitimar-se neste estrato. Enquanto os demais, estão sob uma lógica de esquecimento, são os atrasados no tempo que apenas acelera mais e mais.

Conforme destaca Larissa Carreira da Cunha (2020), o processo de consumo e, por extensão, o de produção, está inserido em um campo de disputas entre empresas e instituições que competem pela hegemonia do mercado. A construção e a consolidação de padrões culturais e produtivos visam, em última instância, à geração de lucro e à autorreprodução do capital. Pode-se inferir que, atrelado a esse consumo, o processo de criação de novos produtos e tecnologias alimentares é fundamental para a expansão do sistema capitalista, especialmente em regiões de fronteira agrícola.

Considerações finais

A modernização da agricultura revela-se um fenômeno multifacetado, cujos impactos nos países em desenvolvimento reconfiguraram agentes e

territórios de forma contundente. Nesse cenário, países não industrializados serviram, até meados do século XX, como laboratórios para a Revolução Verde.

No Brasil, embora o sistema de colônias étnicas remonte ao século XIX, esse processo adquiriu uma escala e uma intencionalidade política distintas a partir da década de 1950. No Paraná, sob a gestão de Bento Munhoz da Rocha Neto, a colonização dirigida tornou-se um pilar do projeto de modernização estadual, visando integrar o território aos padrões de produtividade exigidos pelo mercado nacional. Nesse contexto, a fronteira sul brasileira, compreendendo o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, viu a consolidação de núcleos coloniais que, amparados por um discurso de aperfeiçoamento técnico, acabaram por reconfigurar a demografia rural, frequentemente sobrepondo-se às ocupações de populações nativas e de comunidades remanescentes de quilombos.

Nesse contexto, a fixação das 500 famílias de Suábios do Danúbio no distrito de Entre Rios, em Guarapuava, não deve ser vista como um evento isolado ou puramente étnico. Pelo contrário, o alocamento desse grupo em terras outrora pertencentes a brasileiros e as conseqüentes mutações na fauna e flora locais são efeitos de uma conjuntura ampla: a busca desenfreada pela alta produtividade rural em níveis nacional e internacional. A aceleração do tempo e as transformações espaciais observadas na região são, portanto, reflexos dessa engrenagem global de desenvolvimento.

A pesquisa evidencia que a construção de uma identidade vinculada à árdua laboriosidade serviu como ferramenta de afirmação social e política para os imigrantes. Entretanto, essa narrativa de sucesso omitiu os conflitos gerados entre "imigrantes" e "nativos", além de silenciar sobre os volumosos incentivos fiscais e aparatos tecnológicos que foram disponibilizados exclusivamente a esse grupo. Enquanto os estratos que prosperaram economicamente narram sua trajetória através do esforço pessoal, aqueles mantidos à margem do progresso são relegados a uma dicotomia perversa: rotulados como atrasados ou incapazes, tornam-se mão de obra barata e invisibilizada.

A conjuntura política, desde as visitas de parlamentares constituintes na década de 1980 até os discursos performativos na mídia local nos anos 1990, consolidou a hegemonia desse ecossistema técnico. Nele, o meio ambiente deixa de ser mero espectador para tornar-se um agente condicionado por ações humanas atroz, onde plantas exóticas e um parque industrial internacional moldam a paisagem.

Em última análise, o produtor rural imigrante consolida-se não apenas como um agente transformador do espaço, mas como o principal protagonista das narrativas de desenvolvimento regional. A sua importância histórica e econômica para o Paraná é inegável, sendo a sua notável laboriosidade o motor que inseriu a região em uma complexa aldeia global agroindustrial. Entretanto, a leitura desse êxito exige compreender que o esforço do colono operou em sintonia com um sistema técnico e estatal que o privilegia de forma estrutural. Ao legitimar e financiar majoritariamente esse modelo de alta performance, o Estado converteu a excelência desse grupo no único padrão de progresso aceitável, o que, por consequência, acabou por deslocar as formas de vida e produção tradicionais para as margens do território e do discurso.

Agradecimentos

O presente artigo constitui uma versão adaptada das discussões empreendidas na dissertação de Mestrado intitulada “A agroindustrialização e a construção de narrativas em Guarapuava-PR (1950-Presente)”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira sul campus Chapecó, sob orientação da professora Dra. Samira Peruchi Moretto. Agradeço à orientadora pelas contribuições fundamentais ao longo da pesquisa, bem como à CAPES pelo apoio financeiro concedido para a realização deste estudo.

Notas

1 MAZOYER e ROUDART (2010) chamaram a isto de “Teoria dos sistemas agrários”.

2 Evenson e Gollin definem a Revolução Verde como o desenvolvimento de variedades de culturas modernas ou de alto rendimento (MVs) para países em desenvolvimento, iniciado de forma concentrada no final da década de 1950. Em meados dos anos 1960, cientistas desenvolveram MVs de arroz e trigo que foram posteriormente liberadas para agricultores na América Latina e Ásia. O sucesso dessas variedades foi caracterizado como uma “Revolução Verde”. Tradução livre de: “The development of modern or high-yielding crop varieties (MVs) for developing countries began in a concerted fashion in the late 1950s [...]” (EVENSON; GOLLIN, 2003).

3 A história dos Suábios do Danúbio e de sua identidade cultural está interligada com a história da Alemanha, da Áustria e de outros países do sudeste da Europa, como Hungria, Romênia e ex-Iugoslávia (hoje Croácia e Sérvia), num período que, no total, abrange desde o século XVII até meados do século XX. De fato, trata-se de uma história bastante extensa e complexa, já que aquele mesmo período histórico representa a própria formação de vários dos países europeus atuais, com guerras, fusões, invasões, imigrações e a redefinição constante de fronteiras. Para mais ver <https://suabios.com.br/fundacao>. Sugere-se também a leitura de “O raiar do oitavo dia” de Marcos Nestor Stein. Nesse artigo, não buscamos definir que são os Suábios nem balizá-los de qualquer maneira, o que se busca é apresentá-los como sujeitos exógenos introjetados na realidade Sul brasileira com vistas a modernizar a agricultura local, não cabendo qualquer juízo de valores sobre suas atribuições e vivências.

4 Sobre a pluralidade de ocupações no território, é relevante notar a trajetória da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha. Conforme analisa Traiano (2023), a presença desse grupo vincula-se a áreas historicamente destinadas por Balbina de Siqueira em 1860. No contexto da modernização agrícola e da expansão das áreas produtivas de Entre Rios, surgiram diferentes entendimentos sobre os limites fundiários e a natureza da ocupação do solo. A dissertação de Traiano (2023) explora as múltiplas perspectivas sobre esse processo, registrando marcos do diálogo institucional e jurídico, como a titulação parcial de terras ocorrida em 2014. O tema exemplifica os desafios da gestão territorial em regiões de desenvolvimento agroindustrial frente às diversas memórias e trajetórias históricas locais.

Referências

ALMEIDA, Jalcione Pereira de. **A Modernização da Agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/10183/56448>. Acesso em: 28 nov. 2022.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Governo Peracchi Barcelos (1967-1971)**. Acervos Culturais. Disponível em: <https://acervos.cultura.rs.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BAIA, Cinthian Aparecida. **Estratégias de ocupação de terra e relações de poder nos Campos de Guarapuava (1768-1853)**. 115 p. Dissertação (Mestrado). Curso de Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. (Obras escolhidas v. 1). Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSCHIERO, Gilson Aparecido. **Grupos de Poder e Território: os suábios do Danúbio - segregação e cooperação no desenvolvimento do Centro-sul do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Biografia do(a) Deputado(a) Federal Jorge Vianna**. Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/139260/biografia>. Acesso em: 6 out. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Biografia do(a) Deputado(a) Federal Walter Peracchi Barcellos**. Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/deputados/131135/biografia>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRUNO, Regina. **Elites agrárias, patronato rural e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Edur; Belo Horizonte: Mazza Edições, 2017.

CUNHA, Larissa Carreira da. **Agro é POP ou a Globo é agro?: relações de poder e dominação através da construção das narrativas de riqueza e dos padrões de consumo pela comunicação midiaticizada do campo da agropecuária**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

DE LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo; Contexto, p. 111–153, 2005.

ELFES, A. **Suábios no Paraná**. Curitiba: 1971.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização Tecnológica da Agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná**. Curitiba: Editora UFPR, 2001.

FROTSCHER, Méri; STEIN, Marcos Nestor; OLINTO, Beatriz Anselmo. "Eles também não tinham nada": narrativas orais de deslocamentos e encontros identitários em Entre Rios (Guarapuava – PR). **Diálogos**, v. 18, n. 3, p. 1039–1067, 2014. DOI: 10.4025/dialogos.v18i3.994

GÄRTNER, Monique *et al.* Alguns elementos para a construção de uma história ambiental do processo de "europeização" da paisagem do distrito de Entre Rios, Guarapuava, Paraná. In: ENCONTRO DA ASBRHE, 2., 2014, Guarapuava. Anais. Guarapuava: UNICENTRO, 2014.

GUARAPUAVA. Prefeitura Municipal. **Sobre Guarapuava**. Disponível em: <https://www.guarapuava.pr.gov.br/conheca-guarapuava/sobre-guarapuava/>. Acesso em: 29 set. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Guarapuava: Histórico**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/guarapuava/historico>. Acesso em: 29 set. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Biblioteca: Detalhes do Acervo**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=448420&view=detalhes>. Acesso em: 10 jun. 2024.

JORNAL DE ENTRE RIOS. Guarapuava, n. 06, 25 abr. 1987. p. 01.

KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social**. Tradução: Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: ENCONTRO NACIONAL DA HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

LOCATEL, Celso Donizete; LIMA, Fernanda Laize Silva de. Agronegócio e poder político: políticas agrícolas e o exercício do poder no Brasil. **Sociedade e Território**, v. 28, n. 2, p. 57–81, 2016. DOI: 10.21680/2177-8396.2016v28n2ID11583

MACHADO, P. P. História e movimentos sociais. **Fronteiras**, n. 28, p. 6-6, 2017. DOI: 10.36661/2238-9717.2016n28.8014.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**. Do Neolítico à crise contemporânea. São Paulo, Brasil: UNESP, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. **Seminário de Estudos em Análise de Discurso**, v. 1, p. 8-18, 2003.

PONTAROLO, Fábio. **Terra, trabalho e resistência na fronteira agrária: história dos "povoadores pobres" em Guarapuava (século XIX)**. 365 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.

RAMOS, Rene Wagner. As colônias de Castrolanda, Witmarsum, Entre Rios e a agroindustrialização do campo no Paraná. **Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)**, v. 2, n. 3, 208–228, 2016. DOI: 10.5380/nep.v2i3.47265

SILVA, C. M.; BRANDT, M.; CARVALHO, M. M. X. Uma história ambiental da Fronteira Sul: campos, florestas e agroecossistemas. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (org.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, p. 256–278, 2015.

SILVA, Claiton Marcio da. Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 20, n. 4, p. 1695-1711, 2013. DOI: 10.1590/S0104-597020130005000014

SILVA, Claiton Márcio da. Entre Fênix e Ceres: A grande aceleração e a fronteira agrícola no Cerrado. **Varia historia**, v. 34, p. 409-444, 2018. DOI: 10.1590/0104-87752018000200006

SILVA, Márcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. **Revista Brasileira de História**, v. 35, p. 87–107, 2015.

DOI: 10.1590/1806-93472015v35n70014

SILVA, Marcio Both da; WOLFART, Cintia; RIBEIRO, Marcos. Aspectos da “modernização” da agricultura durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): vínculos, métodos e estratégias. **Revista de História Regional**, v. 24, n. 1, p. 149–173, 2019.

DOI: 10.23925/2176-2767.2020v68p79-112

STEIN, Marcos Nestor. “**O Oitavo Dia**”: Produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios-PR (segunda metade do século XX). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

STEIN, Marcos Nestor. Immigration, Colonization and Agricultural Development in the Campos Gerais Region of the Paraná State, Brazil. **História agrária: Revista de agricultura e história rural**, n. 91, p. 159-189, 2023.

DOI: 10.26882/histagrar.091e02s.

STEIN, Marcos Nestor; OLINTO, Beatriz Anselmo. O velho oeste transforma-se num celeiro agrícola: imprensa, colonização e historicidade entre refugiados da Segunda Guerra no Brasil (Guarapuava/PR). **Estudos Ibero-Americanos**, v. 46, n. 2, p. e35171, 2020. DOI: 10.15448/1980-864X.2020.2.35171.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, p. 21-42, 2005.